

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA
AMAZÔNIA**

REQUERIMENTO N.º de 2019

(Do Sr. AIRTON FALEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos do corte anunciado pelo Ministro da Educação no orçamento das Universidades e Institutos Federais, dos Estados que compõem a Amazônia, na Expansão do Ensino Superior e Técnico e na Política Educacional Inclusiva na região.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que seja realizada Audiência Pública para debater os impactos do corte anunciado pelo Ministro da Educação no orçamento das Universidades e Institutos Federais, dos Estados que compõem a Amazônia, na Expansão do Ensino Superior e Técnico e na Política Educacional Inclusiva na região.

Requeiro que para a Audiência Pública sejam convidados os representantes das seguintes entidades:

- Ministério da Educação - MEC
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES
- União Nacional dos Estudantes - UNE
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

JUSTIFICATIVA

O anúncio do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, do corte no orçamento das 68 Universidades Federais e dos 39 Institutos Federais do país, levou extrema preocupação aos gestores, docentes e acadêmicos em relação a continuidade das atividades exercidas. A situação nos Estados que compõem a Amazônia é desesperadora.

Como base de amostra, citamos as manifestações das Instituições de Ensino Superior e de Ensino Técnico do Pará, as quais temos ciência de serem semelhantes as dos demais Estados Amazônicos.

O caso da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA é um dos mais desesperadores. Em nota, a universidade confirma o bloqueio de R\$ 21 milhões de reais. Esta tesourada corresponde a 65% dos recursos de Obras e 38% dos recursos para o funcionamento acadêmico e administrativo da Universidade.

Segundo a nota, a UFOPA, já a partir de julho, não terá como pagar contas de energia elétrica, serviços de limpeza, segurança e aluguéis.

Já a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA poderá encerrar suas atividades se o corte persistir. A UFRA anunciou em nota na sexta-feira, 03/05, que se ocorrer o corte de verbas a universidade fechará antes de este semestre acabar!

A Universidade Federal do Pará – UFPA informou que terá de funcionar com a metade dos recursos necessários. Em 2014, a universidade contou com 80 milhões para investimentos e 163 milhões para custeio.

Em 2019, para ter funcionamento equivalente há cinco anos, a UFPA necessitaria de algo em torno de 100 milhões para investimento e 203 milhões para custeio, considerando a inflação do período. Porém, restou apenas 4,5 milhões para investimentos e 108 milhões para custeio.

Desta forma, a Universidade terá que suspender obras em andamento - o que paralisará a expansão de vários campi - e, possivelmente, atrasar suas contas e reduzir serviços. O prejuízo será para além da comunidade acadêmica. Hoje, a universidade atende a comunidade com cursos de extensão e seus hospitais são referência em tratamentos oftalmológicos e oncológicos.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) que já vinha sofrendo com os drásticos cortes a partir de 2017 fatalmente não terá como continuar a implantação de seus campi.

A UNIFESSPA existe há apenas seis anos, e registrou um aumento de 80% no número de novos alunos entre 2013 e 2017, de 635 para 1.158 matrículas de calouros. Desde 2008 o número de campi da UNIFESSPA saltou de um para cinco e 22 cursos foram criados, chegando a 38. Mas a instituição já operava com um orçamento menor, considerando a inflação, do que quando foi criada pelo governo federal e precisou fazer cortes em diversas áreas mesmo antes do bloqueio de 30% do governo Bolsonaro.

O Instituto Federal do Pará (IFPA) informa que o bloqueio de 30% no orçamento das instituições federais de ensino, anunciado pelo atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afeta diretamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, causando um grande impacto no funcionamento do Instituto. A decisão atinge não somente a oferta de cursos e a rotina das aulas, mas também a aquisição de materiais, a retomada de obras estruturais e o funcionamento da instituição.

Segundo nota publicada pelo IFPA, "a situação, que era preocupante, se tornou insustentável, pois serão afetados os serviços básicos de limpeza, luz, transporte e apoio a alunos e servidores para eventos e congressos, dentre outros. O quadro indica que o Instituto só teria condições de se manter até setembro de 2019, caso opere dentro do novo orçamento. Os cortes ferem a essência do IFPA, que sempre trabalhou pela educação de qualidade e é responsável pela formação de milhares de profissionais cidadãos, atuantes no mundo do trabalho".

O IFPA conta com 18 campi, atende cerca de 16 mil estudantes por ano, por meio da oferta de 40 cursos Técnicos, 29 Graduações, 22 Especializações, 4 Mestrados e 208 formações complementares.

Pelo exposto, entendemos ser necessária a realização de Audiência Pública para debater os impactos do corte anunciado pelo Ministro da Educação no orçamento das Universidades e Institutos Federais, dos Estados que compõem a Amazônia, na Expansão do Ensino Superior e Técnico e na Política Educacional Inclusiva na região.

Sala da Comissão, em de de 2019.

AIRTON FALEIRO

Deputado Federal

PT-PA.